

Jornalismo e in(ter)venção da história

um diálogo possível no universo do sentido

Karina Janz Woitowicz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

WOITOWICZ, KJ. Jornalismo e in(ter)venção da história: um diálogo possível no universo do sentido. In: *Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916)* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 23-46. ISBN 978-85-7798-212-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Jornalismo e in(ter)venção da história

Um diálogo possível no universo do sentido

*“Nada do que um dia aconteceu
pode ser perdido para a história.”*

(Walter Benjamin)

Escrever uma matéria, acompanhar o desenrolar dos acontecimentos pelos meios de comunicação ou simplesmente folhear um jornal podem ser, aparentemente, atividades destituídas de qualquer sentido histórico. Contudo, ao tomarmos o jornalismo em seu papel de construção do cotidiano, alguns – nem sempre visíveis – entrelaçamentos entre o simbólico e o real transbordam os limites do papel para mostrar o modo como se atribui sentido cotidianamente aos acontecimentos por meio da atividade jornalística.

“Todo jornal é explosão”, disse Drummond, num poema chamado “A casa do jornal, antiga e nova”¹. Entendido como uma “explosão” de sentidos, pode-se dizer que o jornal apresenta uma maneira particular de veicular um “testemunho” dos acontecimentos, participando assim do processo de construção da história. Esse testemunho, ao ultrapassar a função de mero “registro” de um passado (de séculos, dias ou horas), revela a relação de afinidade entre as palavras e o real, entre as falas e as características de um contexto, entre o jornal e as variadas vozes que compõem o tecido social. Por isso, cada jornal é capaz de “testemunhar”, em sua “explosão” silenciosa, coisas, situações e atores que, de uma maneira ou de outra, escreveram a História em um determinado tempo e espaço social.

Essa perspectiva permite encarar o trabalho com as notícias a partir de seus limites editoriais, efeitos de verdade, repercussões no social e, principalmente, construção da realidade pelo “dizer”. Em outros termos, possibilita perceber como estes elementos inerentes à discursividade

1. “Rotativa / do acontecimento. / Vida fluindo / pelos cilindros, / rolando / em cada bobina, / rodando / em cada notícia. / No branco da página / explode. / Todo jornal / é explosão.”

“constroem” um acontecimento a partir das falas do jornal em meio a posições e interesses em jogo.

Exemplos que ilustram o modo consensual e parcial com que alguns episódios e personagens foram lançados na História não faltam: basta lembrar da exclusão dos negros e dos índios na história oficial, dos estigmas associados às lutas históricas das mulheres, da pouca visibilidade ou mesmo do apagamento configurados aos movimentos sociais que conduziram e transformaram em momentos distintos a história do País e do modo como determinados segmentos da sociedade e vozes não orquestradas à política vigente ganham (ou não) legitimidade na esfera social. Isso tudo, como não poderia deixar de ser, construído em boa medida com o aval dos meios de comunicação, em suas práticas de seleção, organização de conteúdo e apresentação. É inegável, neste sentido, que nossa história está repleta de casos em que ocorre a permanência dos efeitos de sentido produzidos ao longo do tempo. Trata-se de um tipo de “discurso fundador”² – institucionalizado e repetido em livros escolares, em falas oficiais etc. – que fixa tanto o “texto” quanto a “história”; é, ainda, a fixação da leitura de um acontecimento como documento (ORLANDI, 1993, p.13), na qual a imprensa contribui na formação e legitimação de significados e consensos.

Interessante lembrar que, mesmo na história da imprensa, o poder de “poder dizer” algo sempre esteve inevitavelmente ligado a algum tipo de controle. As leis da imprensa – desde a (lenta) implantação da tipografia brasileira com a chegada da corte portuguesa até as práticas republicanas e pretensamente democráticas e os períodos de censura – passaram a preservar, segundo critérios e interesses distintos, o que pode e o que não pode ser dito. O que entra (e como entra) ou não para a História.

Conforme analisa Bethânia Mariani, a instituição jornalística “esquece” que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo previamente assegurada. O “esquecer”, aqui, é justamente o resultado da atuação da memória histórica da formação de um tipo de discurso jornalístico. O resultado deste processo é a “ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação

2. Textos capazes de promover filiações de sentidos hegemônicas ao longo do tempo são definidos por Eni Orlandi como “discursos fundadores” e representam uma dimensão particular do trabalho de memória histórica.

ou veículos informativos. Desse modo, ao alegar seu compromisso com a verdade, a imprensa finge não contribuir na construção das evidências.” (MARIANI, 1998, p.81).

Esta percepção praticamente consensual do jornalismo como mero registro dos fatos coincide também com a utilização do jornal, na absoluta maioria das vezes, como fonte para a compreensão ou explicação da história. Foi assim com o Contestado e com uma série de outros conflitos que puderam contar com a presença “divulgadora” da imprensa. Contudo, o que se busca neste estudo é justamente descobrir e analisar como o jornalismo, ao informar, opinar e produzir representações sobre os fatos, elabora uma maneira singular de produção de sentido. Desse modo, considerando a atividade jornalística para além das funções básicas de pautar eventos, trabalhar os fatos, anunciar posicionamentos e publicizar informações e polêmicas, pode-se dizer que o trabalho simbólico de anunciabilidade dos fatos, em incorporação e constante (re)processamento na sociedade, representa uma forma de construção histórica e social da realidade. Na medida em que este trabalho registra, representa e informa não apenas os acontecimentos, mas as tensões sociais que se estabelecem num dado momento, oferecendo uma determinada leitura do real pelas páginas impressas, também “faz” coisas no universo da vida cotidiana.

Partindo deste pressuposto que “dizer é fazer”, isto é, valorizando a capacidade de produção de sentido pelo dizer (e do modo como se diz), busca-se nesta pesquisa estabelecer um diálogo entre o jornalismo e a história, na tentativa de lançar o olhar sobre as implicações do trabalho com as notícias na produção dos sentidos históricos. Por história, vale lembrar, considera-se aqui a capacidade de (re)invenção cotidiana de significados em uma época e espaço social, na qual a imprensa atua como protagonista ao lançar mão de mecanismos discursivos de asserção sobre o real e instituição de veracidade aos acontecimentos.

Esta perspectiva soma-se à preocupação em investigar as diferentes formas e estratégias pelas quais os processos midiáticos “escrevem” a sociedade e constituem a própria história, norteando as observações da pesquisa e preenchendo-as de um olhar e uma reflexão que articulam comunicação e história. Dentro deste enquadramento, procura-se desvendar o papel do jornalismo na construção da Guerra do Contestado, a partir da

leitura e da análise do jornal paranaense *Diário da Tarde*³ entre os anos de 1912 a 1916.

Neste estudo, foram selecionados os textos mais significativos que trataram dos diversos ângulos referentes à guerra, dividindo-os e organizando-os em temáticas específicas, a fim de discutir aspectos pontuais do contexto da época e das questões do Contestado. Não há um compromisso cronológico nem a intenção de recuperar os momentos e personagens que compõem a história do conflito. A abordagem restringe-se ao modo como o jornalismo tematizou o movimento, participando do processo de construção dos acontecimentos.

Fazem parte da pesquisa cerca de 170 exemplares do jornal paranaense referentes ao período do conflito, sendo extraídos de ainda outros alguns elementos que permitiram conhecer melhor o objeto estudado. Neste percurso, foi mantido o conteúdo original dos textos, embora a grafia tenha sido atualizada para facilitar a leitura e a análise, considerando, com isso, que o estilo e o sentido dos discursos jornalísticos tenham sido preservados. Textos longos, de uma linguagem pouco “objetiva” e, na maioria das vezes, carregados de marcas opinativas foram os encontrados no *Diário da Tarde*, o que possibilitou a descoberta de diferenciados tratamentos do caso de imprensa do Contestado.

As referências que seguem, que evidenciam o campo teórico em que a pesquisa se apoia e se movimenta, servem como suporte para as observações obtidas na análise dos jornais, procurando identificar como a imprensa serviu de “agente” do processo de inscrição de um dos mais importantes conflitos políticos e messiânicos do século XX na história brasileira, tendo como base teórica a análise de discurso e as teorias do jornalismo.

Ao identificar as marcas do “fazer” jornalístico da época, procuramos perceber como se especificam as formas de veicular e redirecionar valores e estruturas no caso Contestado, observando assim as táticas e estratégias pelas quais se constrói a realidade. Dentro desta perspectiva, a análise editorial e discursiva do jornal *Diário da Tarde* foi realizada tendo em vista o potencial do jornalismo na representação e produção dos acontecimentos e na instituição do imaginário social. Afinal, é como agentes do processo de

3. A escolha deste periódico, que é o mais antigo do Estado, deve-se à relevância que apresentava para a sociedade na época e à disponibilidade de consulta ao acervo microfilmado na Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

produção de sentido – veiculando representações implícitas e explícitas de diferentes grupos e instituições envolvidos no conflito e manifestando sua própria voz – que os jornais revelam seu papel e sua presença na construção dos acontecimentos, inserindo-se no universo social de uma época.

O estudo busca identificar os conflitos entre diferentes campos de saberes e de poderes, que se utilizam das estratégias do jornalismo para “orientar” simbolicamente os acontecimentos no decorrer dos quatro anos de guerra. Objetiva, assim, investigar as formas como os fatos foram apresentados e marcaram o pensamento social da época, a fim de compreender não apenas a inter-relação do contexto com a imprensa e a atuação de cada grupo social, mas o modo como a imprensa tematizou e veiculou representações estabelecidas em função de interesses em jogo. Trata-se, portanto, de uma tentativa de compreender a instituição de significados pelos processos midiáticos, a partir do modo como a imprensa tratou um importante episódio da história contemporânea no sul do Brasil.

Percebe-se que os discursos, além de fazerem aquilo que fazem por dizerem alguma coisa, produzem algo essencialmente pelo fato de dizerem. Assim, diante de narrativas históricas já consolidadas ou de rápidas notícias estampadas e repercutidas no jornal que folheamos a cada dia, esta pesquisa propõe uma leitura para além do impresso, procurando apresentar alguns elementos que permitem visualizar o papel e a presença do jornalismo no processo de construção social da realidade a partir de uma percepção histórica dos processos midiáticos da Guerra do Contestado.

Um breve passeio pela História no Jornalismo

“Tudo tem uma história, ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstituído e relacionado ao restante do passado” (BURKE, 1992, p.11), escreve Peter Burke, sustentando em sua abordagem da “nova história” a ideia de que a realidade é social e culturalmente construída. Essa perspectiva, essencial para perceber a maneira de pensar de uma determinada sociedade, com seus hábitos e costumes, é a chave para relacionar a vida cotidiana aos acontecimentos. Dito isto, algumas questões emergem: como e até que ponto os acontecimentos penetram na vida cotidiana? Em que medida a imprensa se inscreve na vida social dos indivíduos, construindo, transportando e transformando sentidos?

É importante ter presente que os jornais estão sendo entendidos aqui como “produto social”, isto é, como resultado de um exercício socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e lógicas específicas. As notícias e os fatos devem então ser encarados como situações plenas de significação, que adquirem sentido pelo modo como são representadas, produzidas e repercutidas.

O resgate dos discursos midiáticos da Guerra do Contestado, instrumentalizado na análise do jornal paranaense *Diário da Tarde*, permite perceber o modo como se estabelece esta relação entre o discurso e a história na instituição dos acontecimentos. Inevitavelmente, emerge em meio aos textos jornalísticos a inserção (ou mesmo o silenciamento) de determinados grupos sociais, instituições e atores que, por aquilo que dizem e representam, fazem de uma construção discursiva um fragmento desta realidade. Pode-se, assim, compreender o Contestado contrastando e conjugando os diferentes discursos e as variadas versões que o constituíram. Nas palavras de Bourdieu:

Trata-se, em outros termos, de tentar identificar e compreender em que medida o discurso, enquanto uma produção de sentido entre dois ou mais interlocutores, ao mesmo tempo em que reside na inscrição de um acontecimento já possui uma estrutura, opera como mecanismo de construção da história. (BOURDIEU, 1998, p.14).

Pelo modo como os eventos podem ser pautados, ocupam e envolvem os meios de comunicação, são processados pelo público e repercutem na sociedade, torna-se possível identificar e tentar compreender o papel e a presença dos meios de comunicação na constituição de um universo de significações, tendo em vista um contexto de conflitos políticos, econômicos, religiosos e sociais que servem como elementos para a constituição dos sentidos históricos.

As noções de história, discurso e acontecimento de Paul Veyne também servem de referência para a compreensão da construção da imagem (ou das imagens) da Guerra do Contestado construída(s) pelos processos midiáticos. Pois, em meio aos acontecimentos que compõem o conflito, revelados e construídos pela imprensa no período determinado, é possível indicar a forma como se materializa a singularidade histórica nos discursos dos jornais.

A história interessa-se por acontecimentos individualizados, dos quais nenhum apresenta dupla função, mas não é sua própria individualidade que a interessa, ela procura compreendê-los, isto é, encontrar neles uma espécie de generalidade ou, mais precisamente, de especificidade. (VEYNE, 1998, p.56).

Nesta perspectiva de Veyne, a singularidade dos discursos veiculados no jornal paranaense serve como eixo para se tentar compreender a construção histórica e social da Guerra do Contestado, a partir do modo como variadas falas se articularam no espaço simbólico da imprensa para criar determinadas significações do conflito na história.

Guardadas as peculiaridades inerentes ao modo de compreender o discurso da história, essas mesmas considerações servem como referência para discutir o modo como se processa a construção das notícias. É, enfim, basicamente nos interstícios, espaços, vazios e nas colagens de falas e vozes – seja como apagamento, projeção, sobreposição – que a notícia, enquanto um acontecimento, oscila entre as dimensões simbólicas em que se estrutura, veiculando e fazendo existir um determinado discurso.

É neste sentido que Thomas Griffith⁴ associa o movimento constante da realidade histórica à atividade jornalística: “Jornalismo é de fato a história em marcha. É a história escrita a tempo de ser também encenada: não apenas registrando seus eventos, mas de vez em quando também exercendo neles sua influência... Jornalismo é ainda o registro da história enquanto ela está se desenrolando”.

A problematização do objeto da história realizada por Paul Veyne, ao romper com a noção de um determinismo história-verdade para abordá-la como um conhecimento lacunar e o mundo como múltiplas realidades, mostra que o modo como se “escreve” a história a torna um conhecimento “mutilado”. Para o autor do ensaio *Foucault revoluciona a história*, “a história torna-se história daquilo que os homens chamam as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades” (VEYNE, 1998, p.268).

Esta concepção, entendida como um conjunto de acontecimentos e de representações, constrói-se a partir do discurso realizado pelos indivíduos. Ao tomá-lo “enquanto espaço em que saber e poder se

4. Editor geral da Time Inc, citado em um de seus artigos pelo ombudsman da Brill's Content, Bill Kovack. (Revista *Jornal dos Jornais*: ano 2, nº 14, maio de 2000; p.15)

articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente” (FOUCAULT, 1999, p.247), torna-se possível perceber como um momento se inscreve na história a partir de uma construção discursiva. Pela análise editorial e discursiva do *Diário da Tarde*, a pesquisa levanta alguns elementos para identificar a atuação da imprensa na mediação e construção de sentidos históricos da Guerra do Contestado.⁵

Neste campo de conhecimento em que se inscreve a História, a linguagem representa papel fundamental no sentido de instituir o imaginário social e representar uma realidade; é por meio dela que se cria, traduz e interpreta os acontecimentos, participando do processo histórico. É neste sentido que se diz que a realidade pode ser percebida e construída de diferentes modos, a partir dos ângulos, das motivações e perspectivas projetadas pelos discursos midiáticos. E é no reconhecimento da capacidade da imprensa de produzir sentido sobre os fatos, angulando-os e contextualizando-os, que se pretende observar as principais características e especificidades do caso de imprensa do Contestado.

O que se propõe, em meio a estas abordagens referentes ao campo teórico da pesquisa, é encontrar questões e pistas das respostas que envolvem a imprensa no caso Contestado, trabalhando questões-chaves referentes à discursividade, à produção de sentido e ao jornalismo. Sem o interesse de discutir ou mesmo buscar uma “verdade histórica” – uma vez que a problemática se concentra no modo como a imprensa participou de um dos mais importantes conflitos deste final de século no País, divulgando as vozes que se relacionam e se contradizem para esboçar a consolidação da Guerra do Contestado na história contemporânea – procuramos neste livro indicar aquilo que dizem e como dizem os jornais no tratamento de eventos e questões do conflito sertanejo, na tentativa de “descobrir” algumas (entre tantas outras) implicações dos processos midiáticos na produção cotidiana de sentidos históricos.

5. Para Berger e Luckman, a construção social da realidade se situa no nível da vida cotidiana; é nela que se dá o processo de institucionalização das práticas. Esse processo é ao mesmo tempo socialmente determinado e intersubjetivamente construído. Isto nos leva a caracterizar a atividade periodística como um campo socialmente legitimado para produzir construções da realidade publicamente relevantes.

Para além da notícia, o sentido histórico

Ao atentar para o “poder das palavras” na produção do real, pode-se perceber os variados e diferentes significados que um discurso é capaz de adquirir, em relação à situação específica em que atua e também em relação aos outros discursos. Essa percepção da produção de sentido permite compreender que a dimensão histórica presente em cada fragmento de jornal é absolutamente peculiar; lê-se a história simultaneamente ao ato de ler-se jornalismo, sendo possível, portanto, reproduzir o movimento de que se faz história fazendo jornalismo. Esta dimensão deve-se, sobretudo, à possibilidade de construção da vida cotidiana pela linguagem.

Bethânia Mariani, ao fazer um paralelo com a função usualmente atribuída ao historiador – a de “organizar cronologicamente o passado, selecionando e hierarquizando os fatos e os sujeitos de uma formação social, de modo a não haver dúvidas quanto à veracidade do narrado” –, acrescenta que cabe ao discurso jornalístico organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião ou explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado (MARIANI, 1998, p.61). Isso implica considerar que, no próprio relato dos acontecimentos, já está a determinação dos sentidos históricos.

A partir de abordagem semelhante sobre a construção discursiva, pautada na análise sobre a construção da imagem do jornal *O Globo* pela publicidade, Ana Paula Goulart Ribeiro⁶, tematizando a ideia de que “um jornal é a história do seu tempo”, reafirma o caráter instituidor de sentido do/pelo jornalismo ao conferir à imprensa o estatuto de porta-voz “oficial” dos acontecimentos do social. Para ela,

[...] os meios de comunicação, desde o final do século XIX, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. A história passa a ser, desde então, aquilo que aparece nos meios de comunicação. São eles que detêm, em última instância, o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos. (RIBEIRO, 1995, p.03).

6. Texto apresentado no Encontro Nacional da Compós, no GT Estudos do Discurso. São Paulo, USP, 1995.

A mensagem jornalística, embora tida como registro histórico por excelência, não é, contudo, mero suporte para transmissão de informação, lugar de revelação de eventos; a apreensão do real pela mídia pressupõe o trabalho da linguagem, que envolve uma série de possibilidades e efeitos a partir do modo como os eventos ocupam as páginas dos jornais, são processados pelo público e repercutem no tecido social.

Percebe-se que a comunicação, como principal componente da vida pública, informa sobre o estado das coisas em diversos setores da história social, cultural e intelectual. A realidade social existe nos e pelos meios informativos, uma vez que os meios a produzem como experiência coletiva para os atores sociais. Essa noção de mediação permite admitir que, embora não se pretenda realizar uma leitura determinista dos meios, torna-se inevitável a referência às construções discursivas que fazem um “acontecimento” histórico (e, por que não dizer, midiático), utilizando o espaço dos jornais na mediação e projeção de momentos, tensões e jogos de interesse diversos.

Conforme assinala Eliseo Verón ao desenvolver o processo de mediação dos acontecimentos pelo discurso: “Los hechos que componen la realidad social no existen en tanto tales (en tanto hechos sociales) antes que los medios los construyan. Después que los medios han producido, en cambio, estos hechos tienen todo tipo de efectos” (VERÓN, 1987, p.IV).

Os jogos ou efeitos de significado que permeiam a atividade jornalística revelam o caráter múltiplo dos discursos, em constante movimento no “campo polêmico” que o jornal institui. Assim, são as práticas discursivas cotidianas que fixam, transpõem ou podem modificar sentidos em disputa, regidas por lógicas determinadas.

Neste trabalho de construção dos fatos, o jornalismo revela suas possibilidades interpretativas. Ao tomar a notícia como uma forma de “contar” a história, ou como maneira de “dar forma ao amontoado confuso de fatos do dia” – conforme analisa Robert Darnton –, pode-se imaginar o funcionamento do texto como um processo direto de extrair informações de uma página, mas, considerando-o um pouco mais além, acaba-se por avaliar que a informação é necessariamente peneirada e interpretada segundo configurações culturais que variam ao longo do tempo. Assim, sendo a História um universo em contínua reconstrução, podemos apreender determinados sentidos que são partilhados socialmente em um determinado

tempo e espaço pelos textos neles produzidos, como sugere Darnton no artigo “História da Leitura”:

Um escritor passa um sentido sem torná-lo explícito. Ele introduz um significado em sua história pela maneira como a relata. E, quanto mais comum essa maneira, menos idiossincrática é a sua mensagem. Se ele adota um estilo demasiado oracular, não será entendido, pois a inteligibilidade depende de um sistema comum de sentidos, e os sentidos são compartilhados socialmente. (DARNTON, 1992, p.213).

Mais do que relatos e estórias, as notícias são parte constituinte do próprio desenvolvimento da sociedade, com seus fatos e valores. A ideia de que “o contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de algumas técnicas de contar histórias” (DARNTON, 1990, p.96) revela os procedimentos dos quais a imprensa se utiliza para “agir” no cotidiano e no imaginário de seus leitores por meio de recursos de seleção de fontes e falas, da publicização e/ou silenciamento de fatos e posições, das estratégias discursivas e dos efeitos de verdade lançados na produção cotidiana de acontecimentos pelos jornais. A perspectiva de Darnton, ao afirmar que um jornalista é capaz de passar um sentido sem torná-lo explícito, introduzindo um significado em sua história pela maneira como a relata dentro de um universo comum de sentidos, é ilustrativa dessa questão:

Indo e vindo entre a narrativa e a documentação, conseguiríamos delinear a dimensão social do sentido. Assim, podemos ler um texto não para descobrir todos os quens, ques, ondes e quandos de um acontecimento, mas para descobrir o que ele significou para as pessoas que dele participaram. (DARNTON, 1990, p.295).

Os fatos históricos, desse modo, aparecem como resultado de algum “investimento de sentido” que se dá pelas operações discursivas dos media, mas também pela história viva que extrapola as dimensões do papel e envolve o cotidiano dos mais diversos segmentos sociais no desenrolar de sua “história”. História esta que se define como processo de constituição das coisas e de suas significações; em suma, uma história considerada não tanto como desdobramento dos fatos, mas como desenvolvimento da própria sociedade.

O jornal, produtor de discursos sociais

Albert e Terrou escreveram: “De todos os objetos de pesquisa histórica, o jornal é, talvez, o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui o reflexo” (ALBERT; TERROU, 1990, p.10).

É inegável que, enquanto fonte, o jornal torna possível a recuperação de representações dos acontecimentos e, pelo seu fazer, informa sobre um contexto. No entanto, o jornal será aqui pensado em suas possibilidades de significação no universo social. Assim, a imprensa ultrapassa a função de registro objetivo de acontecimentos para se enquadrar como agente do processo histórico, uma vez que é capaz de (re)construir e retratar significados em uma época e espaço social, devido à relação dialógica entre o contexto e o jornalismo (este se institui na relação com aquele, e vice-versa). Interessante-nos, portanto, discutir em que medida o discurso jornalístico assume o papel de “porta-voz” das verdades factuais, operando como instrumento de instituição de veracidade aos acontecimentos e, desse modo, fazendo coisas rotineiramente no universo social.

Várias implicações são colocadas em questão em decorrência desta percepção da imprensa como fonte ou depósito de fatos, uma vez que acaba-se por não atribuir ao jornal o papel de construtor dos fatos por ele noticiados. Ao considerar a crítica de Alzira Alves de Abreu, pode-se identificar uma razão que explica o desinteresse pela imprensa como tema de estudo em si mesmo: o fato de ela ser considerada “subordinada e reprodutora de um discurso ideológico dominante”, uma vez que se apoia em fontes que representam as instituições detentoras de poder e os interesses organizados. Nessa concepção, perde-se de vista, segundo a autora, “os casos em que a mídia tem a iniciativa do processo de definição e é provocadora de um acontecimento” (ABREU, 1996, p.08). Para romper com esta leitura, baseada na teoria da dominação, é fundamental entender os enunciados não como meros relatos jornalísticos que nada mais teriam a dizer além do que já está circunscrito na “objetividade” da notícia.

Tratando o jornalismo como produtor de discursos sociais, torna-se possível conceber a imprensa como um tipo de conhecimento social estabelecido como realidade partilhada entre os indivíduos. E é justamente por esta capacidade de transcender o “aqui e agora” que, conforme apontam Berger

e Luckmann, a linguagem estabelece pontes entre diferentes zonas dentro da realidade da vida cotidiana e as integra em uma totalidade dotada de sentido.

Mas, como saber de que maneira os leitores interpretaram os textos midiáticos, para se trabalhar a noção de jornalismo enquanto “agente” do processo de construção (histórica e social) da Guerra do Contestado? Não se tem nenhum registro de suas reações. Mas pode-se estudar a maneira como o texto funciona, como se encaixa no jornal e o papel do jornalismo no conjunto de textos relacionados que atuou como fundo básico de informações sobre os acontecimentos da época.

Entre a mídia e a discursividade

Ao estudar os discursos jornalísticos do Contestado e as maneiras de dizer de que lançam mão para construir a realidade, pareceu-nos inevitável fazer uma referência a algumas noções sobre a discursividade e suas implicações no mundo simbólico. Entendendo que significar é um processo que conjuga discurso e história (ambos em movimento)⁷, atentaremos para as práticas discursivas como instâncias marcadas por interferências do contexto sócio-histórico em sua constituição.

Para analisar as marcas deste processo de dizer a realidade, tomamos como parâmetro inicialmente a concepção de discursividade de Eliseo Verón, que concebe os objetos ao mesmo tempo nos níveis interno e externo dos discursos, de modo a compreender as “gramáticas”⁸ de produção e reconhecimento de sentidos. Dentro desta abordagem, a teoria da discursividade opera com o que Verón define como rede de distâncias – que seriam, a partir dos desdobramentos das condições de produção e da relação do discurso com seus efeitos, as noções de ideologia e de poder, constitutivas do que se chama “semiose social”.⁹

7. Estamos considerando a relação de constituição mútua entre linguagem e história como princípio básico para a investigação dos textos jornalísticos: “A existência das coisas é resultado da sua constituição no âmbito da própria relação linguagem/história; os sentidos só se produzem porque são históricos, e a história, por sua vez, só existe como tal porque faz sentido. Linguagem e história são processos inseparáveis.” (MARIANI, 1998, p.28).

8. O autor intitula “gramática” o sistema de relações entre um texto e suas condições sociais de produção, comparando-o (metaforicamente) a um conjunto de regras formais que geram sentidos.

9. Milton José Pinto, referindo-se à perspectiva de Verón, explica que o ideológico está presente em um texto pelas marcas ou pelos traços que as regras formais de geração de sentidos

Tratando a produção de sentido como resultado da prática discursiva, podemos compreender o ideológico e o poder como dimensões que repercutem e orientam a própria sociedade; estão em toda parte, enquanto “chaves da inteligibilidade do campo social”¹⁰. Reconhecer estas dimensões constitutivas da prática discursiva implica descobrir as formas por meio das quais o imaginário social se inscreve nos discursos e os põe em movimento.

Mas como é possível, enfim, identificar estes elementos subjetivos, uma vez que o texto não é um lugar autônomo de sentido? Resta perceber algumas “marcas” no texto, que dão conta da construção cotidiana de significados atribuída ao jornalismo, operando com as dimensões ideológicas e de poder.¹¹

Quando se fala em discurso, está se falando em jogos ou efeitos de significado. Para Verón, a linguagem não é o lugar do consenso, mas do conflito entre diversas vozes. É neste espaço que algumas “regras” servem como intermediárias entre o discurso e a produção, operando no sentido de fazer prevalecer determinada visão do real e produzir efeitos.

Os elementos que fazem parte da teoria da discursividade de Eliseo Verón (estratégias discursivas, efeitos de sentido) operam com o valor simbólico das enunciações. E é por meio da identificação de determinadas relações de aliança ou antagonismo, da exposição e mesmo do ocultamento de determinados eventos e personagens que se torna possível analisar os discursos que projetaram sentidos e atuaram simbolicamente no caso de imprensa estudado, na tentativa de esboçar a construção de uma imagem predominante da Guerra do Contestado pelo jornalismo.

deixam na superfície textual; é, portanto, uma dimensão necessária de todos os discursos, responsável pela produção de qualquer sentido social. Em relação ao poder, o mesmo autor observa que se trata de uma instância que está em jogo em qualquer interação comunicacional, de modo explícito como objeto em disputa. (PINTO, 1999, p.42).

10. A expressão “chaves de inteligibilidade do campo social”, utilizada por Foucault, é retomada por Eliseo Verón para manifestar a presença dos elementos que compõem as redes da produção social de sentido.
11. As gramáticas de produção e de reconhecimento são tratadas pelo autor como instâncias que não coincidem jamais exatamente: “O ideológico e o poder são essas redes da produção social de sentido perpetuamente sacudidas pelos mecanismos dinâmicos da sociedade e sempre mais ou menos desajustadas uma em relação à outra: produção e reconhecimento social do sentido são, em cada nível, em cada momento do tempo histórico, em cada zona do funcionamento social, submetidas a um processo de desregulagem e de reajustamento.” (VERÓN, 1980, p.201).

Insistindo na ideia de que “dizer é fazer”, podemos trazer alguns desdobramentos de uma leitura da discursividade para a análise dos jornais. Inicialmente, vale notar que o poder de um discurso não decorre de algumas marcas isoladas capazes de fazer coincidir o dizer com o fazer: “todo discurso tem duas faces. Remete, por um lado, às suas condições de engendramento; é, porém, por outro lado, o exercício de um poder” (VERÓN, 1980, p.217).

Como os discursos são práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico (ao mesmo tempo em que são partes constitutivas deste contexto), os modos de dizer, interagir e seduzir de um jornal mostram também possíveis motivações que o fazem dizer.

Os textos podem ser percebidos e enunciados de diferentes maneiras porque comportam sempre uma parte de indeterminação e de vago e também porque estão sujeitos a variações no tempo. Isso, se por um lado parece evidenciar a formação lacunar da história vivida cotidianamente, também dá fundamento à pluralidade de visões do mundo e à luta simbólica pela produção e imposição de determinados sentidos. Para tanto, são colocadas em cena uma série de estratégias cognitivas que produzem e preenchem o sentido dos discursos, indo além das significações mais visíveis e estruturadas. Lembrando que as relações discursivas se manifestam nos níveis interno e externo dos discursos, é a luta simbólica travada em meio a estruturas objetivas e subjetivas que dá ao discurso a característica de constante formulação.

Conforme nos mostra Michel Foucault¹², nem a língua nem o sentido se esgotam inteiramente em um discurso, pelo fato de ele estar ligado não apenas a um gesto de escrita e a situações que o provocam, mas aos enunciados que o precedem e seguem. Por isso mesmo, o autor dá as seguintes pistas para decifrar possíveis sentidos dos discursos.

Por mais que o enunciado não seja oculto, nem por isso é visível; ele não se oferece à percepção como portador manifesto de seus limites e caracteres. É necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo. Talvez ele seja tão reconhecido que se esconde sem cessar; talvez seja como essas transparências familiares que,

12. Foucault refere-se à enunciação, tratando-a como um acontecimento singular, que não se repete.

apesar de nada esconderem em sua espessura, não são apresentadas com clareza total. (FOUCAULT, 2000, p.128).

Importante lembrar que um discurso não apenas tem um sentido ou uma verdade, mas uma história: é um caminho de contradição que cede lugar e oculta determinados jogos de saberes e poderes. Portanto, revelar o nível singular em que tipos definidos de discurso têm, eles próprios, seu tipo de historicidade, constitui uma maneira de compreender os sentidos produzidos pelo jornalismo ao instaurar certas relações de colaboração, luta ou dependência.

Segundo Régine Robin,

Todo documento, todo texto, é portador de uma ordem do mundo que lhe é específica, de uma ordem a ser decifrada. Daí um tratamento particular da linguagem que permite ficar à espreita do sentido. (...) Todo corpus pertence a uma dada língua, a um momento preciso de sua evolução. Tanto que palavras e noções do corpus não devem em nada assemelhar-se a entidades erráticas que autorizem todos os delírios imaginativos da interpretação. Têm um contexto, no duplo sentido do termo. Contexto intratextual, pelo qual a palavra faz sentido; contexto extratextual, que funda o funcionamento social do sentido. (ROBIN, 1985, p.78).

Esta perspectiva consiste em perceber os textos como uma luta por se fazer existir ou, ainda, como um modo de prever as potencialidades que a realidade encerra ao ser discursivizada. Levando-se em conta que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência (e, por isso, necessariamente histórica), podemos considerar as práticas discursivas e as práticas históricas em sua constituição mútua, caminhando para uma produção de sentidos que tem nos media uma influência marcante na escrita e na assimilação pública dos acontecimentos.

O que se pretende, portanto, é revelar algumas questões escondidas nas reais intenções e produções do discurso, contribuindo para compreender o modo como a imprensa construiu e projetou imagens predominantes da Guerra do Contestado na história contemporânea.

Decifrando maneiras de (des)dizer

“Dizer e silenciar andam juntos”, sugerem certas abordagens da discursividade. Mas, como na maioria das vezes não se pode ter acesso ao silêncio, como decifrar determinados vazios que preenchem os acontecimentos de significado? Deve-se buscar, antes, a sobrecarga de sentido presente nas inúmeras lacunas deixadas entre as palavras, tentando entender textos e relatos não apenas em sua dimensão pragmática, como meras informações em que a linguagem seria a tradução de algum sentido, mas também como “linguagem do silêncio”¹³, que diz por si mesma, ainda que se negue a fazê-lo.

Contudo, além da reflexão sobre os enunciados como participantes do processo de construção da realidade pelo que dizem, torna-se necessário levar em conta os vestígios deixados nas margens do dizer. É aí que se estabelece a relação entre o dizer e sua exterioridade, mencionada por Eni Orlandi quando analisa que o sentido tem a ver com o que é dito em certo espaço e também em outros lugares, e com o que poderia ser dito e não foi.

Desse modo, vários elementos que atuaram na produção de sentido nesse período da história (década 1910) precisam ser analisados, como a própria situação em que o enunciado foi dito, o lugar que a fala constrói por meio do que diz, as diferentes posições e os diversos interesses daqueles que empregam o discurso e, o mais importante, o que se deixou de dizer (indícios do esquecido, omitido, apagado).

Ao tratar o silêncio do “resto” da linguagem como uma significação implícita sobreposta a uma outra significação, Eni Orlandi estabelece a incompletude da linguagem pela relação com o dizer e o não-dizer. Desse modo, na ligação entre o imaginário e o real pode-se apreender o trabalho do silêncio no processo de significação.

É pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos capaz de apagar determinados personagens e, do mesmo modo, identificar o processo que os colocou no silêncio (embora nem por isso tenha deixado de significar na história). Essa perspectiva do silêncio enquanto princípio de significação, ou seja,

13. Segundo a concepção de implícito proposta por Eni Orlandi no artigo “Silêncio e implícito (produzindo a monofonia)”, toda fala instala espaços de silêncio, que podem ser recortados pelo deciframento de certas “políticas” da palavra: “O silêncio não tem de ser referido necessariamente ao dizer para significar. Ou seja, o silêncio significa, ele não fala.” (GUIMARÃES, 1989, p.40).

enquanto uma prática pela qual, ao dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis mas indesejáveis em uma situação discursiva dada, é trabalhada por Orlandi da seguinte forma:

Há um trabalho silencioso na relação do homem com a realidade que lhe propicia a sua dimensão histórica, já que mesmo o silêncio é sentido. O que nos leva a concluir que não se pode estar fora do sentido assim como não se pode estar fora da história. (ORLANDI, 1992, p.94).

O silenciado tem, portanto, uma materialidade histórica presente nos mecanismos de funcionamento dos discursos e em seus processos de significação, operando em um jogo de contrastes. A análise dos discursos jornalísticos que construíram a Guerra do Contestado na imprensa pode ser instrumentalizada dentro deste quadro de referências, na tentativa de relacionar o silêncio com outros discursos inscritos nas palavras.

As lacunas e as transposições de sentido que permeiam os textos jornalísticos, se observadas segundo as características “indicativas” trabalhadas por Alain Coulon, designam “a incompletude natural das palavras, que só ganham o seu sentido ‘completo’ no seu contexto de produção, quando são ‘indexadas’ a uma situação de intercâmbio linguístico. E ainda: a indexação não esgota a integralidade de seu sentido potencial” (COULON, 1995, p.33). A noção de incompletude, em sintonia com a de silenciamento, reafirma os jogos de significação que fazem que um discurso tenha sentido, constituindo um acontecimento. Assim, pensar a produção jornalística sob o signo das transformações históricas e estruturais que a orientam do ponto de vista simbólico passa a ser uma tentativa de deciframento de sentidos.

É neste sentido que Eni Orlandi, no prefácio do livro de Mariani, observa que a história se faz entre o dizer e o não-dizer. “Nesse entremeio estão as múltiplas escutas, as inúmeras versões possíveis, os diferentes gestos da interpretação. Mas há também o espaço já habitado por dizeres que fazem com que sentidos se antecipem, des-compreendendo os sentidos que chegam”¹⁴ (ORLANDI apud MARIANI, 1998, p.09).

14. Este espaço em que um tipo específico de regulação é exercido é tratado por Orlandi pelo princípio da “monofonia”, definida como “resultando de uma voz social homogeneizante que faz parte do mecanismo articulado entre o silenciamento e a injunção ao dizer, posta em prática por mediadores que distribuem socialmente os sentidos”(GUIMARÃES, 1989, p.44).

Ao trabalhar a história enquanto prática interpretativa, fluxo do discurso social, o jornalismo torna-se espaço (simbólico) de constituição de formas de produzir, refletir e representar a realidade. Conforme assinala Levi Giovanni¹⁵, pode-se obter uma percepção histórica pela interpretação de sinais significativos que foram “organizados em uma estrutura inteligível”, para permitir que a análise do discurso social “extraia a não-aparente importância das coisas”.

A partir deste enfoque, uma possível postura diante dos jornais será a de apreendê-los não enquanto expressão verdadeira de um momento e um fato, ou como um veículo “imparcial” de transmissão de informações, mas antes como uma das maneiras pelas quais segmentos localizados e relevantes da sociedade trabalham percepções e valores, assim como a vivência coletiva dos indivíduos inscrita nas páginas da imprensa. Por meio deste diálogo entre a narrativa histórica e a comunicação, o cotidiano e a atividade da imprensa, pode-se chegar o mais próximo possível da percepção do jornal enquanto espaço de disputa e negociação, instituição e construção de sentidos.

Jornalismo e invenção do cotidiano

Ao participar da vida prática e imaginária da sociedade, o jornalismo manifesta seu poder: poder de dizer algo, de fazer coisas pelo que diz. Esta problemática permite situar o papel do jornalismo na constituição de um campo de significações. Para tanto, é oportuno resgatar alguns autores que se debruçam sobre as implicações das notícias na invenção do cotidiano¹⁶, de modo a fundamentar a presença do jornal *Diário da Tarde* na segunda década do século XX como uma voz relevante na produção e divulgação dos acontecimentos do Contestado. Na análise de Alsina, “en principio, se

15. No artigo *Sobre a Micro-história*, que integra a coletânea de Peter Burke, Levi Giovanni parte da posição específica da micro-história dentro da nova história para discutir as ambiguidades do mundo simbólico e lançar o olhar sobre as lutas que ocorrem em torno dos recursos simbólicos. Esta perspectiva, embora pensada enquanto método histórico, também pode ser utilizada nas análises comunicacionais para a abordagem de acontecimentos históricos.

16. Tomaremos a concepção de notícia traçada por Miquel Rodrigo Alsina, que consiste em considerar a notícia “una representación social de la realidad cotidiana producida institucionalmente que se manifiesta en la construcción de un mundo posible” (ALSINA, 1989, p.18).

puede afirmar que la efectividad del discurso periodístico informativo no está en la persuasióm (hacer creer) o en la manipulacióm (hacer creer), sino sencillamente en el hacer saber, em su próprio hacer comunicativo (1989, p.14).

Ao relatar um acontecimento, os media, além do acontecimento relatado, “produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo” (TRAQUINA, 1995, p.31). Isso permite dizer que cada relato pretensamente objetivo e cada juízo factual comportam subjacente um ou mais juízos de valor, explicitados na maneira como os fatos devem ser constatados e expostos. Tratam-se, portanto, de estratégias de criação de uma realidade que provocam efeitos na vida prática e imaginária da sociedade. Afinal, é preciso levar em conta o trabalho de seleção, apresentação e instituição de uma forma do que se diz como maneiras de atribuição de significado às coisas pelo jornalismo, que fazem parte da (re)invenção cotidiana da história.

Para Traquina, são os meios de comunicação que determinam quais os acontecimentos com direito à existência pública e definem seu(s) significado(s), oferecendo interpretações de como compreendê-los. Ou seja, o poder da comunicação não reside apenas em declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas fornecer as formas nas quais os discursos, personagens e situações aparecem. Isso implica o trabalho ativo “de selecionar e apresentar, de estruturar e dar forma: não apenas a transmissão de um significado já existente, mas o trabalho mais ativo de dar significado às coisas” (TRAQUINA, 1995, p.109).

Não se pode negar a interferência de determinadas forças sociais agindo em meio à construção das notícias; questões políticas, econômicas e culturais têm no jornalismo um suporte para suas leituras do real. No sentido inverso, também o jornal manifesta sua voz relacionando falas, fatos, opiniões e aspectos contextuais. Este caráter múltiplo dos discursos sociais – que se manifesta nos contextos de produção, circulação e consumo dos sentidos - pode ser tratado metaforicamente como um eco de vários pedaços de significação. É neste sentido que, para Alsina, “el acontecimiento periodístico es un eco. Un eco com diferentes voces. El sistema de comunicacióm institucionalizada es un solo mundo con voces múltiples” (1989, p.102).

Isso permite dizer que as notícias são representações sociais da realidade que se manifestam na construção de um mundo possível, um mundo

que existe nos e pelos meios informativos. O jornalista é, portanto, um construtor da realidade que leva em conta o mundo real e seu enquadramento em um mundo de referências escolhido, inserindo inevitavelmente elementos de valoração – que se potencializam quando lembramos que estamos estudando justamente um momento em que o fazer jornalístico ainda não apresentava um modelo de profissionalismo e a interferência do jornalista no relato dos fatos era explícita.

Assim, lançando diariamente um mundo possível à sociedade, o jornal exerce a tematização de acontecimentos considerados relevantes, seguindo mecanismos discursivos para a seleção de um tema e sua colocação em um espaço de “atenção pública”. Mesmo que este processo implique a utilização de critérios subjetivos, a tematização e repercussão dos fatos pelo jornalismo acaba por atribuir à imprensa o papel de “tradutora” dos acontecimentos do social. O resultado desta aparência de neutralidade é a ideia de um jornalismo como sinônimo de verdade, praticamente incontestável...

Sobre a imprensa do Contestado, é possível verificar que os discursos jornalísticos, ao projetarem representações específicas, assumem, em determinados momentos, efeitos de verdade histórica. Afinal, a imprensa, enquanto parte constitutiva da história, registra, informa e constrói uma realidade pelo seu fazer cotidiano. A historicidade do texto em sua materialidade revela, por sua própria constituição, as marcas de uma época – pela forma como diz (no caso, o estilo jornalístico próximo à literatura, em que o gênero opinativo aparece frequentemente), pelo que representa enquanto objeto de uso social ou pela própria atuação no campo polêmico em que conflitam diversos posicionamentos, instituindo significados em um contexto determinado. Interessa-nos compreender, na reflexão sobre o efeito de verdade que um discurso é capaz de projetar, como e em que circunstância um determinado enunciado produz sentido.

Sabemos que a imprensa trabalha e cria consensos, opera com dados em um primeiro momento explícitos e que vão se tornando cada vez mais implícitos, figurando então como verdades ou pressupostos intocáveis. O discurso jornalístico, marcado por um tipo de relação com a verdade e a informação, está relacionado ao mesmo tempo com a ilusão referencial da linguagem e seu próprio processo histórico de constituição (MARIANI, 1998). Isto quer dizer que no discurso jornalístico, como tal, já se tem como parâmetro a própria instituição da imprensa agindo na produção das notícias.

Essas referências sobre o funcionamento dos textos jornalísticos e as relações de historicidade e discurso baseiam-se na ideia de que o jornalismo atua na ordem do cotidiano, pois além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem e devem pensar, organiza direções de leitura para tais assuntos. E é essa discursivização do cotidiano que, enquanto ato socialmente simbólico, realça a interferência da prática narrativa da imprensa na vida dos indivíduos, para além das folhas do jornal.

Inserida como agente do processo histórico que configurou a Guerra do Contestado, mediando e produzindo discussões, polêmicas e conflitos de interesse, a imprensa paranaense tornou-se porta-voz e também mobilizadora das tensões que o próprio momento de transição política e econômica manifestava. Pela análise dos recursos e estratégias utilizados pelo jornal *Diário da Tarde* para dar visibilidade a determinados eventos (e, portanto, da ação social pelo discurso), a pesquisa procurou observar, sob diversos ângulos, a construção da imagem do conflito na/pela imprensa.

Trata-se, a partir da verificação sobre o modo particular de se fazer jornalismo no início do século, de observar como os jornais, no caso específico da Guerra do Contestado, pautaram, retrataram e construíram acontecimentos, articulando diferentes ângulos, versões e enquadramentos sobre os fatos. Desse modo, as questões de relevância histórica e social da época apresentam-se contidas nos elementos discursivos da imprensa, informando sobre as relações políticas, econômicas, religiosas e sociais em que os enunciados se inscreveram.

Tendo em vista os constantes jogos e disputas existentes no processo da comunicação, pretende-se analisar como se dá a produção de significados a partir da cobertura jornalística produzida pelo *Diário da Tarde* sobre os conflitos do Contestado. Índícios para se identificar os argumentos que configuraram o cenário social, político e cultural do período e, ainda, as vozes autorizadas a emitir opinião e agir discursivamente em meio às falas do jornal se organizam no transcorrer da pesquisa para esboçar a imagem do que foi o movimento político e messiânico do Contestado, ou o que se entendeu por ele.

Assim, tendo como paradigma a relação sempre conflituosa que se estabelece nos discursos e em seus efeitos de sentido, voltamo-nos para a observação do conteúdo das representações, das formas como ele é dito e de suas relações com o imaginário social. Nuances, conflitos de interesse, regularidades e rupturas figuram neste cenário como elementos funda-

mentais na construção da imagem deste importante episódio da história contemporânea.

Também o contraste entre os vários textos do *Diário da Tarde*, assim como os movimentos internos de sentido dos jornais, são investigados pelas alianças e contradições entre os discursos, na tentativa de descobrir as lógicas que regem tais construções dos acontecimentos. Observar o que foi dito, como foi dito, o que se deixou de dizer e, enfim, que lugar é construído por estas falas é a proposta deste estudo.

O questionamento sobre o que foi configurado pelos enunciados em um momento histórico dado permite observar o percurso da história como sequências dos atos de enunciar e produzir, impulsionados por falas diversas. A fala dos militares, marcada pelo discurso nacionalista, a dos políticos, pautada por interesses distintos em cada período do conflito, a dos sertanejos, que, direta ou indiretamente refletida nos jornais, configura um modo de ser ao movimento, a dos empresários, fundamentada pelo discurso do progresso e desenvolvimento, a dos religiosos, na constante tentativa de “domesticar” o povo... E também a fala da imprensa, que se constrói em meio às articulações com outras situações pelo seu fazer. Todas elas, ao estarem inseridas em um espaço determinado, agem sobre os acontecimentos, construindo a realidade; por este viés, a Guerra do Contestado pode ser entendida como efeito de sentido das diferentes falas e das transações que acontecem no contexto da sociedade.

Mas, que tipo de ação é essa? O que os discursos analisados dizem sobre a articulação fala/situação/contexto? Como se processa a construção do real na rede de significações que os enunciados põem em cena? Como observar o movimento de sentido na evolução dos episódios do Contestado? Em que medida os grupos e instituições projetam sentidos e se estabelecem em meio aos acontecimentos?

Perguntas como estas devem percorrer todo este trabalho de investigação e interpretação. Embora tenhamos presente a impossibilidade de respondê-las por completo, a pesquisa pretende levantar algumas reflexões sobre o processo de produção de sentido no caso específico da Guerra do Contestado, procurando compreender como os acontecimentos foram construídos e o papel da comunicação no processo de instituição de significados e de produção do real.

A relação da imprensa com as vozes que a constituem, por meio de acordos implícitos e explícitos que fazem que cada enunciado incorpore

sentidos latentes, é o que atribui ao jornal seu poder de asserção sobre o real. A questão-chave trabalhada na pesquisa é o modo como se articulam, movimentam e sobrepõem os discursos produzidos por agentes específicos em situações determinadas no espaço simbólico dos jornais.

É importante destacar que este conjunto de preocupações não é a promessa de um roteiro a ser cumprido: apenas relacionamos algumas referências que nos pareceram pertinentes para pensar a comunicação no caso de imprensa da Guerra do Contestado, de modo a reunir problemáticas comuns aos textos jornalísticos. Desse modo, o percurso aqui traçado se justifica pela construção de um olhar que, aceitando a singularidade de cada texto, permite compreender determinadas relações e entrelaçamentos nem sempre visíveis entre o simbólico e o real, o jornalismo e a história, os modos de dizer e as interferências internas e externas ao discurso. Trata-se de um amplo cenário de preocupações e intenções que vai se delineando na medida em que as escolhas temáticas da pesquisa pedem um tipo específico de abordagem e tratamento comunicacional, que é enfatizado pontual e gradativamente no transcorrer do processo de investigação.

O que estabelece um elo entre os textos que serão na sequência analisados é o deciframento de determinadas maneiras de produzir sentidos e a percepção, já bastante mencionada, do jornal como um jeito de “fazer história”. Assim, percorrendo regularidades, movimentos e nuances de representação produzidas pelo jornalismo, procura-se aqui contribuir para a reflexão sobre o papel do jornal na construção da história.